

A ditadura tolerada: herança autoritária na presente historiografia sobre Vargas

Carlo Romani

No que se assenta e a quem interessa a permanência do mito na história?

Em primeiro de maio de 2014 estreou nos cinemas de todo país *Getúlio Vargas*, filme em comemoração aos sessenta anos de seu suicídio. Apesar de não ter conseguido muito sucesso de bilheteria teve uma grande projeção na mídia e contou com atores da rede de televisão mais popular do país como protagonistas. Não por acaso sua data de lançamento coincidiu com o Dia dos Trabalhadores, a data que marcou a luta simbólica pela jornada de 8 horas de trabalho desde a histórica greve de Chicago, em 1886. Uma data de luta que foi sendo progressivamente conquistada através de sucessivas paralisações promovidas todos os anos, nesse mesmo dia, por trabalhadores no mundo inteiro, antes de ter sido oficializada como mais um feriado, dedicado a homenagear mais o trabalho do que o próprio trabalhador. A imagem historicamente construída no Brasil sobre Getúlio Vargas associou-o ao do estadista modernizador da nação e à paternalidade institucional da defesa dos trabalhadores e por eles assim reconhecido. Com isso, o “pai dos pobres” ganhou a legitimidade necessária que permitiu associá-lo à data dos trabalhadores, mesmo este tendo sido um grande proprietário rural e nunca ter participado diretamente da luta deles.

Em contrapartida, na política nacional, o bacharel gaúcho poderia ter sua imagem preferencialmente associada à do ditador, articulador político entre grupos de militares e diferentes setores da burguesia nacional em disputa pelo controle do governo federal na década de 1930 e condutor do combate promovido por todos esses, aqui convergindo em seus interesses difusos, contra os “subversivos” de qualquer ideologia revolucionária, anarquista ou comunista que fosse, atuantes naquela época. Se a cinematografia tivesse optado por lembrar esse lado pessoal, o lançamento do filme melhor caberia em setembro, mês do golpe do Estado Novo que encerrou o Brasil em mais uma ditadura, ditadura que na prática já vinha ocorrendo desde os anos precedentes. Neste caso, a imagem de Vargas teria de ser associada à instituição legal do Estado policial brasileiro, à censura e ao controle da imprensa, ao submundo da repressão e de seus cárceres, tão bem descritos na visão particular de Graciliano Ramos.¹

Antes de tudo, temos que nos afastar de qualquer maniqueísmo no que tange à análise e à biografia de uma personalidade multifacetada e complexa como a de Getúlio Vargas e às diferentes estratégias políticas adotadas ao longo de sua vida. Mas, temos de convir que as duas faces mais

1 G. Ramos. *Memórias do cárcere*. [1953]. São Paulo: Círculo do Livro, 1982.

marcadas de sua trajetória, aquelas que geraram mais ovações e ressentimentos foram essas. Se na historiografia houve e ainda há uma disputa sobre qual a lembrança a ser privilegiada, que, infelizmente, em grande parte dos trabalhos mais recentes tende a favorecer a primeira em detrimento da segunda, nas obras de divulgação para o grande público raramente recorda-se do ditador que flertou abertamente com Mussolini, Hitler e Salazar, de quem tomou emprestado o nome dado ao seu Estado ditatorial. Vargas figura em profusão nos lugares da memória nacional dando nome a fundações, estádios, praças, avenidas e outros logradouros, como o fazem Washington e Jefferson nos Estados Unidos e não o fazem Mussolini, Franco e Salazar em seus respectivos países. Por quê? Em que terreno se assenta essa imagem positiva do varguismo no senso comum que perpassa, inclusive, a interpretação de boa parte da historiografia nacional? Será que a necessidade de um salvador da pátria, de um defensor dos pobres, de um caçador de marajás, ou de outras construções que recorrentemente vêm à tona na história brasileira, ora de forma irônica ou caricata, ora de forma séria e convicta, está ainda de acordo com o desejo da maior parte da sociedade? Tenho muitas dúvidas. Não se trata de externar aqui apenas uma opinião pessoal, ou de ser o locutor do desejo de um segmento ativo da sociedade que rechaça qualquer tipo de concessão feita aos Estados de exceção em nossa história e aos seus protagonistas. O Brasil mudou nos últimos trinta anos e há uma geração de jovens brasileiros e brasileiras, de diferentes classes sociais, etnias e atitudes políticas que se dispõem a lutar de fato por uma democracia o mais democrática possível.

As jornadas populares de junho de 2013, espontaneamente organizadas, levaram milhões deles às ruas. Pode-se questionar se houve algum tipo de convergência nas pautas reclamadas, pode-se questionar que o espectro ideológico variou da extrema-esquerda mais autonomista à extrema-direita mais reacionária,² se é que esse tipo de classificação que remonta à época da Assembleia Nacional francesa ainda possa expressar a posição das diferentes formas políticas surgidas após a queda do socialismo soviético. Mas, no que a maioria dos analistas políticos converge é no fato de que a multidão que foi às ruas nesse ano reclamou algum tipo de participação direta na política. Esse conjunto significativo da população não somente criticou os instrumentos tradicionais da representação, bem como atacou e rechaçou a tutela política em que a sociedade ainda se encontra submetida e freia sua potência de decidir o próprio destino. As manifestações partiram inicialmente de pequenos movimentos sociais urbanos autônomos (pela mobilidade urbana, de sem tetos, de desempregados, grupos diversos organizados em assembleias populares de bairros, entre outros), movimentos que já vinham interferindo diretamente na política por demandas locais desde a década

2 Em um dos primeiros artigos a analisarem as críticas feitas aos participantes das jornadas de junho, Roberto Romano foi muito preciso em relação à convergência dessas críticas vindas tanto da direita quanto da esquerda: “O juízo negativo sobre a praça gerou o Brasil de Vargas, de 1964 e do AI-5. A esquerda clássica ostenta idêntica ojeriza à rua”, R. Romano. “Demofobia em marcha”. *O Estado de S. Paulo*, 30/06/2013.

anterior e que foram capazes de mobilizar, ou, pelo menos, de provocar a vontade de participação política nas ruas, direta e não tutelada, de um conjunto expressivo da população brasileira.³ Essa vontade é diametralmente oposta à descrença mantida por muitos políticos e também, infelizmente, por muitos acadêmicos, em relação à capacidade da população de dirigir-se e autodeterminar-se, ou à crença de que as atuais formas da política representativa ainda atendam a isso.

Tendo como ponto de partida esta premissa, a de que a sociedade brasileira tem um grau de maturidade suficiente para negar e não aceitar qualquer tipo de tutela na condução da política e o demonstrou nas ruas, é que propomos discutir os problemas da revisão historiográfica em curso que tem tratado de modo positivo a Era Vargas, principalmente seus legados econômicos e trabalhistas. É bastante preocupante essa revisão positiva do varguismo num momento da história brasileira de avanço da perspectiva democrática e de renovada vontade da população em participar mais diretamente da política. A herança das formas de tutela política autoritária, policial, corporativista, populista, trabalhista, mística, qualquer termo que se queira usar, herança que ainda persiste, é tão danosa à construção da mais ampla democracia, quanto a do antigo clientelismo e mandonismo dos potentados regionais pré-30 contra quem se insurgiram os modernizadores da nação. Uma herança que se projetou firmemente durante os anos seguintes ao suicídio de Vargas, manteve-se nos porões da ditadura de 64, assentada no legado pernicioso da polícia política, e seguiu, após seu término, deixando resquícios difíceis de serem erradicados. É este debate tão atual na sociedade brasileira, que após 50 anos ainda revolve seus fantasmas na Comissão da Verdade, o debate sobre a legitimidade da representação política na democracia, que nos leva a discutir o porquê de a ditadura varguista e sua herança serem vistas com bastante condescendência por boa parte da historiografia.

Conceituando ditaduras e democracias

Como é notório, Getúlio Vargas chegou ao poder após um levante militar, um golpe de Estado que conseguiu se instituir oficialmente na história nacional com o nome de Revolução de 30. Em contrapartida, a Revolução de 64, a redentora, como a chamaram seus protagonistas civis e militares, consolidou-se na história nacional após seu colapso como um golpe que levou a uma subsequente ditadura. Dois golpes, dados em diferentes momentos, e que ficaram consagrados pela história com terminologias diferentes. Por quê? Ao indagar a construção da memória nacional sobre a Era Vargas, Ângela de Castro Gomes também interrogou sobre as “razões que permitem compreender processos de 'enquadramento de memória' tão distintos”.⁴ Seu ensaio, dedicado a entender os fundamentos do pensamento autoritário desse período da história nacional, faz parte de uma obra coletânea organizada por Pedro Paulo Bastos e Pedro Cezar Fonseca, expoentes da

3 E. Judensnaider et. al. *Vinte centavos: A luta contra o aumento*. São Paulo: Veneta, 2013.

4 Â.C. Gomes. “Autoritarismo e corporativismo no Brasil: o legado Vargas.” In: P. P. Z. Bastos; P. C. D. Fonseca (Org.). *A Era Vargas. Desenvolvimento, economia e sociedade*. São Paulo: Ed. Unesp, 2011, p. 70.

história econômica. O objetivo dos organizadores foi o de discutir as influências positivas e a importância de Vargas para o desenvolvimento nacional. Segundo a interpretação da história abraçada por ambos, o autoritarismo, a ditadura, a violência política e suas marcas visíveis, poderiam ser consideradas externalidades, contingências da história, quando comparadas à modernização burocrática e aos avanços econômicos trazidos pelo varguismo à nação. Essa interpretação que minimiza o caráter ditatorial do regime varguista, da qual discordamos, ainda é majoritária no país.

Como ponto de partida, de modo a caracterizar melhor os regimes autoritários da época moderna, vamos tentar entender o significado dado à palavra ditadura por alguns autores, e nos referimos aqui apenas à ideia geral empregada para o termo nessa época. Segundo Mario Stoppino, diferentemente da ditadura na antiguidade, a ditadura moderna não estaria prevista nas regras constitucionais em vigor, mas “se instaura de fato ou, em todo o caso, subverte a ordem existente”, e se institui normalmente como um novo regime.⁵ O sentido político pejorativo do termo ditadura se diferenciaria daquele dado à ditadura revolucionária que teria um caráter provisório para instaurar um novo regime baseado na justiça social, portanto, carregando consigo uma positividade, o que também é algo bastante discutível. O termo ditadura, em seu uso comum, teria, assim, uma conotação claramente negativa, antidemocrática, opondo-se por antonímia ao de democracia, a forma política característica dos Estados de direito liberais.⁶

Contudo, essa separação entre ditadura moderna e ditadura revolucionária, como a demonstrou Norberto Bobbio e equipe, é aceita somente por quem defende o regime político da democracia como aquele que deve perseguir e assentar-se sobre um ambiente de justiça e equidade social, ou, em outros termos, onde se realizaria a “igualdade de condições” jeffersoniana. Quando a democracia se distancia dessa perspectiva tornar-se-ia legítimo o rompimento da ordem jurídica para conduzi-la, ou reconduzi-la, àquela perspectiva social. Mas, na prática, mesmo a primeira democracia moderna, aquele projeto de democracia pensado por Jefferson, dura não mais do que 50 anos. Quando Tocqueville visita a América, sua descrição de uma democracia que contemplaria a igualdade de condições, ou de oportunidades, negativa em sua concepção pois limitaria a expressão das minorias, já não se encontrava mais presente. Sem falar na base escravista em que sempre esteve fundada a democracia americana, o brutal regime de exploração do trabalho de operários que fizeram o boom de sua indústria pré-guerra civil, não percebido por Tocqueville, já denunciava a impossibilidade da igualdade na democracia. E é esse mesmo brilhante pensador do século XIX, bastante revisitado desde o fim do século passado, que descreveu o que já não mais ocorria naquela

5 M. Stoppino. Verbetes “Ditadura”. In: N. Bobbio; N. Mateucci; G. Pasquino (Org.). *Dicionário de Política AZ*. Vol. 1. [1986] 11ª. ed. Tr. br. Carmen C. Varriale et al. Brasília: Ed. UNB, 1998, pp. 368-379.

6 Para um aprofundamento da discussão ver N. Bobbio. Cap. 4 “Democracia e Ditadura”. In: *Estado, governo e sociedade: por uma teoria geral da política*. [1977] 14ª. ed. Tr. br. Marco A. Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, pp. 135-166.

América, a quem recorrem os novos teóricos da política do campo do liberalismo, em discordância da validade das proposições de Bobbio. Na democracia moderna teria mais importância a manutenção de um ambiente de ampla liberdade civil, confundido quase que diretamente com o direito à liberdade de expressão, mesmo que assentado na assimetria do poder econômico, do que a perseguição de um modelo de equidade social. Dessa forma, a desobediência política necessária e legítima ante as injustiças sociais coletivas, para seguir o raciocínio de um dos máximos expoentes políticos da teoria da justiça, não poderia nunca ser aceita na forma de uma nova injustiça política para com o indivíduo, ou com parte da sociedade, como aquela praticada por qualquer regime autoritário mesmo que de modo provisório.⁷

Por outro lado, no campo da crítica marxista, a democracia liberal sempre será entendida como o exercício de uma ditadura de classe imposta pela burguesia, o que legitima a tarefa da revolução. E isto não se encontra presente apenas na ortodoxia de base marxista-leninista; mesmo em um autor como Gramsci, cujas ideias influenciaram o próprio Bobbio, a crítica à democracia liberal independe do fato dela ser exercida por um governo democrático ou por um governo ditatorial. O sentido ideológico da dominação de classe estaria sempre implícito na hegemonia liberal construída. A sociedade civil que se constituiu com o liberalismo, regime estruturalmente fundado na desigualdade social, seria, assim, também o espaço privilegiado da luta de classes.⁸ Uma interpretação cara não somente aos governos socialistas, mas que legitimará o exercício intervencionista do Estado sob o argumento da busca da equidade em diferentes regimes políticos - à esquerda e à direita - nos anos de 1920 a 1940.⁹ Essa mesma interpretação crítica à democracia seria relativizada pelos estudos gramscianos dominantes a partir da década de 1970, na esteira do eurocomunismo de Berlinguer, quando o entendimento da democracia como o valor universal a ser perseguido na política promoveu uma profunda revisão da ortodoxia marxista.¹⁰ Então, num terreno de apropriações semânticas tão diversas para o binômio ditadura-democracia, onde acabaria uma e começaria a outra?

Na prática, talvez em nenhuma definição: “A 'democracia' atual pode ser tudo aquilo que se quiser exceto uma democracia, pois a esfera pública/pública é, de fato, privada, ela é posse da oligarquia e não do corpo político.”¹¹ Apesar de convergente, a crítica elaborada por Cornelius

7 J. Rawls. *Uma teoria da justiça*. [1981] 4ª. Ed. Tr. br. Almiro Pisetta; Lenita M. R. Esteves. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

8 Uma boa apresentação das ideias de Gramsci para estes dois pontos foi feita com honesta explicitação da tomada de partido, algo geralmente escamoteado por inúmeros autores a pretexto de rigor acadêmico, por M. L. Durighetto. *Sociedade civil e democracia. Um debate necessário*. São Paulo: Cortez, 2007.

9 Um apanhado bastante interessante sobre as ideologias políticas postas em prática nesse período pode ser encontrado em F. Limonic; F. C. P. Martinho (Org.). *Os intelectuais do antiliberalismo. Projetos e políticas para outras modernidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

10 C. N. Coutinho. “A democracia como valor universal”. In: *A democracia como valor universal e outros ensaios*. [1979] 2ª ed. Rio de Janeiro: Salamandra, 1984, pp. 17-48.

11 C. Castoriadis. Polis. Cap. 2. “Que democracia?”. In: *Figuras do pensável. As encruzilhadas do labirinto*. Vol 6. Tr. br. Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, p. 209.

Castoriadis à democracia moderna, da qual compartilhamos, distancia-se da crítica marxista na medida em que o falecido filósofo franco-grego não coloca como solução do problema um agente externo, um rompimento revolucionário que pudesse levar a sociedade ao paraíso terrestre. O rompimento de Castoriadis com as formas autoritárias do socialismo real no século passado e com a teoria marxista da revolução não deixa dúvidas quanto a isso. O lugar de sua fala é o lugar da autoinstituição da sociedade, é o da fala militante (como ele se definiu) em defesa da autonomia do político. Há somente uma democracia para Castoriadis, a grega, na qual a sociedade se instituiu continuamente através da política. A democracia moderna é colonizada pelo interesse econômico que se sobrepõe ao político em qualquer forma e circunstância em que ela tenha se estabelecido na história contemporânea, seja nos modelos do capitalismo seja nos do socialismo burocrático, pois a racionalidade do econômico está desconectada da vontade do político. A democracia de Castoriadis é um real que não existe, somente pode ser projetada enquanto devir na luta contínua da sociedade pela autonomia do político. O que não significa que fosse indiferente ao redator de *Socialisme ou Barbarie* o fato de a sociedade permanecer sob o regime político de uma democracia liberal ou de uma ditadura. Nos quase vinte anos que esteve à frente da revista, Castoriadis sempre combateu qualquer forma de regime autoritário, seja de direita, seja de esquerda.

Infelizmente, o lugar de sua fala, que é o lugar do devir histórico, é um lugar fora do eixo acadêmico, um presente minoritário. Em lugar desse devir projetado da experiência libertadora, a historiografia estabelecida tende a trabalhar com o que julga ser a concretude real do passado. Diferentemente da filosofia, que até pode se permitir a crítica abstrata das realidades, a história trabalha quase que exclusivamente com a realidade empírica. É essa historiografia que faz a crítica de “um certo tipo de interpretação mais comprometida com premissas não demonstráveis do que com as evidências disponíveis”,¹² para citarmos textualmente aqui a fala de um dos historiadores contemporâneos mais comprometidos com a revisão positiva do varguismo. Segundo essa compreensão, as evidências seriam as fontes da história e não as possibilidades, mesmo que esse axioma seja passível de questionamento: quais evidências se quer encontrar e como as trabalhar?

Um dos historiadores que influenciou essa construção da nova história política foi Pierre Rosanvallon. A busca da melhor representação política do povo na democracia francesa, uma nação formada por uma sociedade de indivíduos, teria sido uma tarefa presente desde sua aparição com a Revolução de 1789.¹³ Para Rosanvallon, a democracia pura e simples - como a direta, a única possível em Castoriadis - não pode existir concretamente no mundo contemporâneo. Assim, a democracia real será sempre um substantivo a ser adjetivado: direta, representativa, social, popular.

12 J. Ferreira. “A democratização de 1945 e o movimento queremista”. In: J. Ferreira; L. A. N. Delgado (Org.). *O Brasil republicano 3. O tempo da experiência democrática*. [2003] 3^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 33.

13 P. Rosanvallon. Int. “Malaise dans la démocratie”. In: *Le peuple introuvable. Histoire de la représentation démocratique en France*. Paris: Gallimard, 1998, pp. 11-29

A grande dificuldade da democracia residiria precisamente em conseguir agrupar coletivamente as representações parlamentares dos diferentes indivíduos na sociedade. Essa compreensão ampla do sentido do que vem a ser a democracia não foi inaugurada pelo historiador francês, mas encontrada nas fontes do pensamento social por ele consultadas. Fontes provindas de posições tão distantes quanto as formuladas desde Proudhon até Guizot.

A ditadura do Estado Novo e a justificativa paradoxal da democracia autoritária

De modo semântico similar, o fizeram no Brasil os intelectuais que forjaram a construção do que posteriormente seria chamado por historiadores, sociólogos e economistas, de nacional-desenvolvimentismo e, mais recentemente, de nacional-estatismo. Para legitimar socialmente a possibilidade de um regime autoritário, de uma ditadura como se fosse um tipo de democracia, nomes do primeiro time do pensamento social brasileiro das três primeiras décadas do século XX - que foram abraçados pela burocracia do Estado varguista - já haviam ido ao ataque contra o liberalismo. Inicialmente, Francisco de Oliveira Vianna, que criticou a possibilidade de realização do modelo político de organização liberal no Brasil, com base numa arguta compreensão da especificidade da realidade brasileira. Uma sociedade fundada no insolidarismo não conseguiria per si realizar a grande transformação social por ela requerida. A artificialidade legal do liberalismo brasileiro, sustentado numa constituição idealista, deveria ser superada pela maior intervenção do Estado nas questões de natureza econômica e social. A crítica ao paradigma liberal percorre toda a obra de Oliveira Vianna, um clássico em processo de revisão a partir dos anos 1980, como acentua Ângela de Castro Gomes,¹⁴ concomitantemente a uma leitura mais positiva que se passa a fazer da Era Vargas.

Esse modelo político socialmente interventor requeria uma ampliação da participação do trabalhador através da incorporação de suas associações de classe, reconhecidas pelo Estado e sujeitas ao seu controle, combatendo todas as demais que escapassem a ele. A modernização urbana do país deixava claro ao governo que não se governaria sem o apoio direto ou indireto da classe operária.¹⁵ Isso torna-se evidente desde o início do governo Vargas com a importância, inusitada até então, dada à consolidação de uma legislação trabalhista com a regulação dos direitos sociais e continuou nas formas de convencimento dos trabalhadores, deveras impositivas, para a garantia da conquista desses direitos. A lei de sindicalização de março de 1931 definia as regras de formação de sindicatos e federações, proibindo a propaganda ideológica nos sindicatos, criando dossiês para todos os associados, entre outras práticas restritivas e intimidadoras. Ciente da necessidade de

14 Â. C. Gomes. "Oliveira Vianna: o Brasil do insolidarismo ao corporativismo". In: F. Limonic; F. C. P. Martinho (Org.), op. cit., p. 203-231. O texto que inaugura a releitura positiva do pensamento de Vianna é o de C. H. Davidoff. "A ideologia da modernização em Gilberto Freyre e Oliveira Vianna". *Perspectivas*: São Paulo, vol. 5, 1982, pp. 29-38.

15 A. Lenharo. *A sacralização da política*. Campinas: Ed. Unicamp, 1986, p. 21 e ss.

conquistar o apoio do trabalhador, ao assumir a pasta do Trabalho, Lindolpho Collor dirigiu-se a São Paulo para expor o plano de governo e foi rispidamente retrucado por sindicalistas ligados à FOSP.¹⁶ Em São Paulo, onde o sindicalismo revolucionário era mais forte, a política de tutela trazida com a legislação trabalhista de Vargas foi amplamente combatida pela Federação Operária de São Paulo (predominantemente anarquista), pela Federação Sindical Regional (comunista), e pela maioria dos grêmios operários independentes (gráficos, chapeleiros, eletricitários).¹⁷ Para Angela Carneiro de Araújo, mesmo que ao término do governo provisório passasse a haver “uma significativa adesão das antigas lideranças sindicalistas”, os chamados amarelos da década de 1920, ao projeto corporativista, isso não ocorreu de forma passiva, mas geralmente conflituosa entre os trabalhadores, combinando, em suas palavras, resistência, assimilação e apropriação.¹⁸ Segundo Paulo Sérgio Pinheiro, a instituição da tutela estatal foi o projeto principal do novo governo para manter o controle sobre as aspirações operárias, e a parcela dos operários revolucionários não soube perceber ou lidar politicamente com isso.¹⁹ O modelo corporativo que se constituía necessitava, também, para sua concretização, da “conversão do presidente em autoridade suprema do Estado.”²⁰ Abandonava-se a tirania da soberania liberal, restritiva para a nação, mas também abandonava-se qualquer pretensão à representação autônoma da população. A soberania popular deveria ser substituída pela soberania do Estado, do mesmo modo que pregava o jurista Santi Romano durante o fascismo na Itália dos anos 1930.²¹

O antiliberalismo de Antônio de Azevedo Amaral foi além do de Oliveira Vianna. Para um dos grandes propagandistas do Estado Novo, segundo Castro Gomes, “a democracia nova só comporta um único partido: o partido do Estado, que é também partido da nação.”²² A autora baseia-se nos artigos publicados em *Cultura Política*, revista do Departamento de Imprensa e Propaganda, o DIP, órgão que tinha a função de publicizar o ideário social e corporativo do novo regime ditatorial. O papel proeminente de Amaral na construção discursiva positiva da nova democracia,

16 Prontuário Federação Operária de São Paulo FOSP, pasta 716, Fundo DEOPS, Arquivo do Estado de São Paulo, AESP. Documento n.º 2, 23/05/1931; Prontuário Oreste Ristori, pasta 364, idem. In: C. Romani. *Oreste Ristori. Uma aventura anarquista*. São Paulo: Annablume, 2002, p. 265 e ss.

17 R. Azevedo. *A resistência anarquista: uma questão de identidade (1927-1937)*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2002; R. R. da Silva, *Imprimindo a resistência: A imprensa anarquista e a repressão política em São Paulo (1930-1945)*. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 2005. Para acompanhar a atuação do DEOPS junto aos sindicatos, ver, entre outros, os seguintes prontuários arquivados no Fundo DEOPS/AESP: FOSP, op. cit.; Federação Sindical Regional de São Paulo, pasta 880; Sindicato dos Trabalhadores da Light, pasta 710; Confederação Geral do Trabalho no Brasil, pasta 532; União dos Trabalhadores Gráficos, pasta 582; União dos Trabalhadores Gráficos, pasta 577.

18 A. M. C. Araújo. “As lideranças sindicais e a construção do sindicalismo corporativo nos anos 30”. In E. Reis et al. (Org.) *Política e cultura: visões do passado e política contemporânea*. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 9; A. M. C. Araújo. “Estado e trabalhadores: a montagem da estrutura sindical corporativista no Brasil”. In: *Do corporativismo ao neoliberalismo: Estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2002.

19 P. S. Pinheiro. *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil, 1922-1935*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, pp. 329 e ss.

20 Idem, p. 222.

21 G. Adinolfi. “O constitucionalismo e o regime fascista”. Tr. br. Ricardo L. S. Campos. In: F. Limonic; F. C. P. Martinho (Org.), op. cit., pp. 349-375.

22 A. C. Gomes, “Autoritarismo e corporativismo...” op. cit, p. 79.

mesmo que, paradoxalmente, reconhecida por ele mesmo como autoritária, o autorizava a legitimar como necessário para o bem da nação o exercício da censura sobre os meios de comunicação. A construção dessa democracia de tipo rousseauiano, reunindo Estado e nação sem dissensos, somente poderia ser conquistada graças à hipotética junção dos interesses do povo através de seu governante máximo. As palavras de Azevedo Amaral, duro combatente da constituição de 1934, já antecipavam o que três anos depois ocorreria.²³ Era apenas questão de tempo e oportunidade a emergência do Estado forte em substituição à moribunda democracia liberal, que tentou uma breve sobrevivência nesses três anos conturbados de acentuado conflito de classe na sociedade brasileira. A oportunidade surgiu não por acaso, mas plantada... Um inverossímil plano de subversão judaico-comunista inventado em setembro de 1937 pelo capitão integralista Olímpio Mourão, o mesmo que iniciaria na patente de general o futuro golpe de 64, foi o argumento usado para o desfecho do golpe do Estado Novo de Vargas com o apoio dos militares.²⁴

Ficam evidentes as comparações que podem ser feitas com as estratégias golpistas típicas do fascismo italiano e as alusões feitas ao modelo corporativo de Mussolini encontradas nas obras desses pensadores. No caso de Oliveira Vianna, já haviam sido amplamente apresentadas na década de 1970 na tese de Evaldo Amaro Vieira,²⁵ antes da revisitação positiva que vem sendo feita à obra do intelectual fluminense, não por acaso nascido em Saquarema, templo do conservadorismo do Segundo Reinado. Se essas alusões ao fascismo não aparecem diretamente nos textos de Oliveira Vianna ou de Azevedo Amaral, são percebidas e sempre relativizadas (somente no período 1937-43 pode-se falar em Estado corporativo; debilidade da regulação corporativista brasileira; Estado como elemento estruturador de um social inexistente, etc.), pelos pesquisadores mais recentes que se dedicam a revisitar o pensamento dos próceres do Estado autoritário brasileiro para redimensionar sua real abrangência.²⁶ Inegavelmente, são visíveis em todos os autores conservadores daquele período as referências a partir de 1933 ao modelo do Estado salazarista, o qual teve em Gilberto Freyre o mais conhecido e declarado defensor brasileiro. As ideias dos antiliberais portugueses se fazem presentes não somente na apologia de Vianna ao corporativismo como melhor modelo de organização político-administrativa para atender as demandas e o desejo da nação, mas também aparecem, entre outros, nos discursos de Azevedo Amaral e de Francisco Campos.

Este último, em particular, com os arroubos freudianos enveredando pela psicologia social contidos em seus textos, vaticinava o reclamo do líder carismático pelas massas, o culto ao mito que de fato se personificou em Vargas. A defesa da ditadura como sendo o melhor regime de governo tornou-se explícita na autoria da constituição outorgada de 1937 e em sua defesa manifesta

23 A. J. A. Amaral. *A aventura política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1935; *O Estado autoritário e a realidade nacional*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938; *Getúlio Vargas: estadista*. Rio de Janeiro: I. Pongetti, 1941.

24 H. Silva. *A ameaça vermelha: o plano Cohen*. Porto Alegre: L&PM, 1980.

25 E. A. Vieira. *Oliveira Vianna e o Estado Corporativo*. São Paulo: Grijalbo, 1976.

26 A. Cardoso. "Estado novo e corporativismo". *Locus*, Juiz de Fora, v.13 n°. 2, 2007, pp. 107-119

do regime como aquele que melhor representaria o Estado nacional.²⁷ Seu estilo autoritário e golpista continuaria até 1964 quando redigiu o AI-1 da nova ditadura. Contudo, já se manifestara desde sua passagem pelo governo de Minas Gerais na década anterior e quando à frente da ultraconservadora Legião de Outubro mineira, em 1931. Seu apoio, não somente retórico a Vargas, tornou-se evidente ao assumir a pasta da Educação do Distrito Federal após as acusações contra Anísio Teixeira por este manter laços com os “subversivos” da ANL. Transformado em mentor político e intelectual de Gustavo Capanema, outro nome do autoritarismo da época, o caminho encontrava-se aberto para seu projeto pedagógico segundo o qual ao “Estado caberia a responsabilidade de tutelar a juventude.”²⁸ Dentre os próceres do varguismo, Campos, apesar de negar o fascismo do regime - “o Estado novo não se filia, com efeito, a nenhuma ideologia exótica”, foi bastante cioso em legitimá-lo com base na ascensão internacional do nazi-fascismo.²⁹

O culto ao personalismo do homem de Estado forte foi o primeiro grande objeto de exportação da política italiana moderna com as representações criadas em torno ao Duce e que ganharam o mundo particularmente após 1926. Portanto, os fundamentos desse pensamento social brasileiro, do Estado forte, autoritário, corporativo, liderado por um mito, devem ser encontrados na literatura fascista italiana que influencia tanto a formação do salazarismo como a do varguismo em ambos Estados novos. Não estamos dizendo aqui que haja uma transposição direta do modelo fascista para os outros Estados nacionais. Nesse sentido concorda-se em termos com Francisco Palomanes Martinho, para quem as “interpretações que tenderam a considerar os diferentes regimes antiliberais como sendo todos eles expressões do fascismo”, desconsideram “as peculiaridades de cada experiência nacional.”³⁰ A tarefa do historiador é precisamente a de perceber essas diferenças, é a de historicizar e identificar as influências de cada sociedade e cultura na formação de suas estruturas políticas nacionais. Todavia, o historiador também não pode se furtar antes as evidências que aproximaram, em sua forma de administração política, diferentes Estados nacionais nesse período entre as guerras. O fato de ter havido no Brasil um movimento político que ocupou o espaço da extrema-direita correspondente aos dos *fasci* italianos, o integralismo, não descaracteriza o caráter místico do novo Estado varguista semelhante, mas não idêntico, fique claro, ao estabelecido por Mussolini no comando da Itália. Mesmo com o uso de recursos semânticos, as tentativas de minimizar essas fortes semelhanças não conseguem varrer o pó para baixo do tapete. Por que tanto pudor, em parte da historiografia que se debruça sobre o legado da Era Vargas, em apontar as evidentes fontes em que o regime bebeu?

27 F. Campos. *O Estado Nacional: sua estrutura, seu conteúdo ideológico*. [1939] Brasília: Senado Federal, 2001 .

28 S. Schwartzman; H. M. B. Bonemy; V. M. R. Costa. Cap. 2, Item 3 “O projeto fascista de Francisco Campos”. In: *Tempos de Capanema*. [1984] 2ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra / FGV, 2000, pp. 79 e ss.

29 P. Fernandes, “Setenta anos após 1937: Francisco Campos, o Estado Novo e o pensamento jurídico autoritário”. *Prisma Jurídico*, São Paulo, nº. 6, 2007, p. 356.

30 F. C. P. Martinho. “Marcello Caetano e o sentido do antiliberalismo no pensamento político português”. In: F. Limonic; F. C. P. Martinho (Org.), op. cit., p. 171

O Estado autoritário e sua herança de difícil superação

Todo Estado forte, por mais que receba apoio popular graças a uma política de barganha que favoreça a parte economicamente mais frágil da sociedade, que é como veremos um dos pontos no qual se escora a nova historiografia mais tolerante com o varguismo, somente se mantém por um tempo duradouro graças também à forte coerção que impõe sobre uma parcela significativa da população. Assim, regimes autoritários modernos, além dos elementos já apontados, costumam também ter em comum um eficiente mecanismo de propaganda, um exército forte por trás do chefe de Estado e uma polícia política bastante atuante e repressiva, que impede a expressão do descontentamento social. Getúlio Vargas teve tudo isso. Sua polícia política vigiou ostensivamente as manifestações sindicais organizadas por anarquistas e comunistas e reprimiu os diferentes movimentos políticos antifascistas que surgiram na década de 1930. Censurou as mídias, cerceou as liberdades civis, tão caras aos liberais, e perseguiu, inclusive, seus amigos integralistas após o golpe de 1937. Mas, sem dúvida, as maiores vítimas do regime varguista foram os sindicalistas e militantes das agremiações de esquerda, presos, torturados, deportados, assassinados, de uma forma sem precedentes até então na história política nacional.³¹

A produção histórica que tentou fazer as contas com o regime nos anos em seguida à sua queda não obteve muito êxito, seja pela dificuldade de acesso às fontes - a ditadura acabou em 1945, mas o caráter militar do regime permaneceu com o General Dutra - seja devido ao retorno de Vargas como líder carismático pelas urnas na década de 1950. O segundo mandato cindiu a política nacional entre os pró e os contra o presidente e estreitou o espaço de crítica vindo da esquerda, a principal interessada em investigar a repressão política ocorrida durante o primeiro governo Vargas. A nova onda repressiva que se abateu após 1964, montada com e na polícia de ordem política e social herdada da Era Vargas, impediu ainda mais o esmiuçar da continuidade daquele aparato repressivo constituído entre as guerras. Assim, salvo alguns poucos trabalhos que saíram até o fim da década de 1960, como o já citado livro de Graciliano, os principais interessados em desnudar a violenta repressão política do período Vargas não tiveram muitas oportunidades para fazê-lo.³²

Essa conjuntura desfavorável a uma interpretação historiográfica que atendesse às

31 Uma resumida e oportuna reflexão sobre as práticas repressivas da polícia contra comunistas, anarquistas e outros grupos revolucionários na Primeira República e nos primeiros anos de Vargas encontra-se em P. S. Pinheiro, op. cit.

32 Mesmo assim, há uma boa quantidade de trabalhos de menor repercussão sobre esse tema, produzidos entre as décadas de 1950 e 60. Indicamos aqui alguns textos da época que compõem um arco ideológico amplo e bastante heterogêneo dentro das esquerdas. A primeira denúncia pública de um sindicalista está em H. Pinto. *No subsolo do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Germinal, 1950; Um depoimento de um dos protagonistas do militarismo com tom de autocrítica encontra-se em L. Coutinho. *O General Goes depõem*. Rio de Janeiro: Coelho Branco, 1956; O virulento ataque de um membro da A.N.L. encontra-se em A. Henrique. *Vargas, o maquiavélico*. São Paulo: Palácio do Livro, 1961; A análise histórica dos comunistas em Leôncio Basbaum. *História sincera da República*, 3 vol. São Paulo: Edaglit, 1962; A da posição anarquista em E. Rodrigues. *Socialismo e sindicalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1969; Outra visão próxima à libertária pode ser lida em E. Dias. *História das lutas sociais no Brasil*. São Paulo: Edaglit, 1962.

necessidades dos perseguidos políticos da ditadura varguista somente modificou-se na década de 1980, durante a chamada redemocratização. Nesse período, uma série de trabalhos passou a investigar os porões da ditadura de 64 como um legado policial-militar herdado do varguismo, tendo a estrutura repressora implantada nas secções dos Departamentos de Ordem Política e Social, o DOPS, como fundamento. As pesquisas e o empenho de Maria Luiza Tucci Carneiro, Alzira Lobo Campos e Elizabeth Cancelli, em São Paulo, contribuíram de forma fundamental para que as fontes da repressão política da Era Vargas pudessem ser estudadas.³³ A abertura dos arquivos do DEOPS na década de 1990, a Delegacia Especializada de Ordem Política e Social de São Paulo, forneceram as fontes para que dezenas de pesquisadores passassem a diagnosticar o *modus operandi*, a continuidade e a intensidade da repressão policial daquele período.

O antissemitismo típico do regime, materializado, por exemplo, no falso Plano Cohen, já manifestava-se na condução que Filinto Muller,³⁴ amante das táticas policiais alemãs, empregava à frente da polícia no Distrito Federal. A carta branca dada ao crescimento do integralismo e das organizações nazistas no sul do país, teve como primeiro indício público o apoio policial dado aos adeptos da seita do Σ na chamada Batalha da Praça da Sé, em outubro de 1934.³⁵ Da mesma forma foi possível ter outro olhar sobre a repressão que se desencadeou, a partir do fracasso da insurreição Comunista de 1935, contra os membros da ANL, os demais grupos de militantes antifascistas, e os sindicalistas contrários ao controle estatal.³⁶

As centenas de deportações de estrangeiros efetuadas na década de 1930, alguns deles vivendo há mais de 30 anos no país, tornaram-se disponíveis com o acesso, na década de 1980, ao fundo do Tribunal de Segurança Nacional, depositado no Arquivo Nacional.³⁷ O TSN, instituído em 1936 junto com a CNRC, Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo, foi para Marcos Florindo, “um tribunal criado para conferir legalidade à prática da culpabilização, presumida na conclusão dos inquéritos policiais, de acordo com as necessidades de expansão do clima de terror”, preparando o terreno jurídico para a deflagração do golpe no ano seguinte.³⁸ Esse arcabouço jurídico

33 Indicamos os principais títulos: M. L. T. Carneiro. *O anti-semitismo na era Vargas: fantasma de uma geração (1930-1945)*. São Paulo: Brasiliense, 1988; E. Cancelli. *O mundo da violência: a polícia política da Era Vargas*. Brasília. Ed. da UNB, 1993; A. L. A. Campos. “Estrangeiros e ordem social”, *Revista Brasileira de História*, nº. 33, vol. 17, 1997, pp. 201-237.

34 S. M. Jorge. *Filinto Muller: memória e mito (1933-1942)*. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

35 R. Gertz. *O fascismo no sul do Brasil: germanismo, nazismo e integralismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987; R. R. da Silva, op. cit.

36 R. Azevedo. op. cit.; R. R. da Silva, op. cit.; M. A. G. Vianna. [1992] *Revolucionários de 1935. Sonho e realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

37 A. L. A. Campos, op. cit.; V. T. Santos. *Italianos sob a mira da polícia política: Vigilância e repressão no Estado de São Paulo (1924-1945)*. São Paulo: Humanitas, 2009; M. C. S. Ribeiro. *Venha o decreto de expulsão – A legitimação da ordem autoritária no governo Vargas*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003; E. Geraldo. “O combate contra os ‘quistos étnicos’: identidade, assimilação e política imigratória no Estado Novo”. *Locus*, Juiz de Fora, v. 15, n. 1, 2009, pp. 171-187. Para uma bibliografia ainda mais recente refletindo sobre as pesquisas produzidas desde a década de 1990 ver M. A. G. Vianna; E. S. Silva; L. P. Gonçalves (Org.). *Presos políticos e perseguidos estrangeiros na Era Vargas*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

38 M. T. Florindo. O serviço reservado da Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo na Era Vargas. São

fora gestado em março de 1935 com a promulgação da Lei de Segurança Nacional, com ampla maioria no Congresso, criando as tipologias de crimes contra a ordem política social, de imprensa e de expulsão de estrangeiros. Note-se que toda a base repressiva criada durante o governo constitucional de Vargas, ampliou-se durante sua ditadura, manteve-se após e continuou durante a ditadura de 64. Quando os dossiês de uma gama bastante heterogênea de militantes fichados no DEOPS paulista como subversivos, anarquistas, comunistas, tornaram-se públicos, permitiram a elaboração de diversas pesquisas relatando o alcance do aparelho repressivo.³⁹ Enfim, além do escancaramento da atuação da polícia política, também a institucionalização das formas arbitrárias de repressão legitimadas através do judiciário,⁴⁰ as práticas de censura e de propaganda ostensiva, foram temas que se constituíram em habituais na historiografia sobre o varguismo que passou a ser escrita entre as décadas de 1980 e 1990.⁴¹

Através dessa historiografia surgida na década de 1990, em grande parte baseada em São Paulo, por causa do acesso fácil às fontes policiais do DEOPS, foi possível traçar um panorama amplo do esquema de repressão montado, desenvolvido e implementado na Era Vargas, cujo legado perpassa o período democrático subsequente e ressurgiu de forma ainda mais violenta com a ditadura de 64. Esse verdadeiro Estado policial de que se fala, de fato, não se inicia com Vargas, mas surge durante o período repressivo precedente, ainda na Primeira República com o Estado de sítio decretado por Arthur Bernardes, em cujo governo foi criado o DOPS centralizado no Rio de Janeiro e regionalizado em diversos Estados da união.⁴² E muito provavelmente, também não tenha se encerrado com a redemocratização e com a extinção do DOPS em 1983, como muitos querem crer, mas transmutou-se na prática cotidiana incrustada em uma polícia civil e militar que reprime violentamente jovens das periferias urbanas brasileiras. Não por acaso um dos lemas surgidos nas ruas em 2013 é o que pede o fim da polícia militar. No Rio de Janeiro, a política de militarização contínua do território nas áreas pobres do município foi paradoxalmente batizada de pacificação. Na

Paulo: ed. Unesp, 2006, p. 56.

39 Entre outros que de alguma forma consultaram as fontes do DEOPS, apontamos M. L. T. Carneiro. *Livros proibidos, idéias malditas: o Deops e as minorias silenciadas*. São Paulo: Ateliê Ed., 2002; J. F. Bertonha. *Sob a sombra de Mussolini. Os italianos de São Paulo e a luta contra o fascismo, 1919-1945*. São Paulo: Annablume, 1999; C. Romani, op. cit.; M. T. Florindo, op. cit.; L. Parra. *Combates pela liberdade: O movimento anarquista sob a vigilância do DEOPS/SP (1924-1945)*. Arquivo do Estado: São Paulo, 2003; D. Karepovs. *No subterrâneo da luta. (Um estudo sobre a cisão do PCB em 1937-1938)*. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1996.

40 Isso vale não somente para o período Vargas, mas no combate à subversão e ao terrorismo durante a ditadura de 64 e também, mais recentemente, nas leis antiterror promulgadas pelo governo federal em 2013 para atender a demanda das polícias e dos judiciários estaduais em seguida às grandes mobilizações de massa de junho de 2013. Para um bom funcionamento, a estratégia da “repressão pressupõe uma lógica, a do poder, que precisa ser traduzida na sua forma legal”, tornada pública e aceita pela sociedade. Ver o excelente trabalho de P. Alves. *A verdade sobre a repressão. Práticas penais e outras estratégias na ordem republicana (1890-1921)*. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1990, p. 5.

41 Indicamos para consulta as pesquisas que seguem a interpretação da propaganda de massa praticada pelo estado varguista. M. H. R. Capelato. “Propaganda política e controle dos meios de comunicação” In: D. Pandolfi. (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999, pp. 167-178.

42 C. Romani. “Antecipando a Era Vargas: A Revolução Paulista de 1924 e a efetivação das práticas de controle político e social.” *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, jul.-dez. 2011, pp. 161-178.

atual democracia a polícia continua como se fosse um corpo autônomo, à parte do poder político, com práticas semelhantes aos períodos de sítio decretados em regimes autoritários anteriores.⁴³

Entretanto, mesmo com todas essas evidências que remetem às práticas do governo Vargas, com toda a demora para que os crimes políticos praticados pelo Estado policial na Era Vargas viessem a público, mesmo com a nefasta herança policial repressiva deixada, há ainda um grande apoio ao legado positivo do varguismo no senso comum brasileiro, legitimado, infelizmente, por uma parcela significativa da academia que ao fazer a análise positiva do legado trabalhista, omite a perversa repressão praticada. Por quê?

A última revisão historiográfica e a preservação positiva da memória de Vargas

Houve quase um consenso na historiografia da segunda metade do século passado de que o primeiro governo Vargas foi marcado pelo forte autoritarismo. Muitos historiadores dedicaram-se a demonstrar detalhadamente as práticas usadas, senão fascistas, claramente inspiradas nesse regime, na condução da política corporativa, na construção de aparelhos de propaganda, e principalmente na conformação de uma prática repressiva como tarefa inerente ao Estado. Outros, contudo, optaram por relegar tudo isso a segundo plano e analisar os novos fundamentos da economia e da política trazidos junto ao processo de modernização conservadora viabilizado pela Era Vargas.

Até meados dos anos 1960, além da profusão de textos de protagonistas, participantes e oponentes do varguismo, e de alguns relatos de memória, a crítica que foi produzida voltou-se para o fim das liberdades civis, para a censura e a perseguição à imprensa, e provieram de uma historiografia politicamente liberal e pouco preocupada com os porões escuros do antigo regime.⁴⁴ Por outro lado, uma historiografia de inspiração marxista elaborou uma produção alternativa sobre o significado de 1930 e seus desdobramentos com Edgard Carone, Nelson Werneck Sodré e Azis Simão, em que foram problematizadas a modernização econômico-administrativa que construiu uma hegemonia política excludente, sustentada no caráter policial e militar da ditadura varguista, e também no atrelamento do sindicalismo ao Estado.⁴⁵

A primeira síntese histórica mais complexa e bem estruturada sobre a Era Vargas somente vem à tona em fim dos anos 1960. Escrita por Thomas Skidmore, um brasilianista norte-americano, promove uma análise do período que vai de 1930 a 64 fortemente influenciada pelas leituras do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, ISEB, bem como pelas reflexões mais pontuais de Hélio Jaguaribe. Oferece um importante olhar do estrangeiro sobre a debilidade de nossa cidadania, da

43 M. H. M. Alves; P. Evanson. *Vivendo no fogo cruzado. Moradores de favela, traficantes de droga e violência policial no Rio de Janeiro*. São Paulo: Ed. Unesp, 2013.

44 Destaca-se pelo rigor da obra H. Silva. *1937: todos os golpes se parecem*, v. 9 e *1938: terror em campo verde*, v. 10. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970-71 (coleção O ciclo de Vargas).

45 E. Carone. *A República nova*. São Paulo: DIFEL, 1974; *O Estado novo*. São Paulo: DIFEL, 1976; N. W. Sodré. *A história militar do Brasil*. [1965] São Paulo: Expressão popular, 2010; A. Simão. *Sindicato e Estado*. São Paulo: Edusp, 1966.

ausência da participação popular na vida política até 1945, e destaca o início dessa participação política no pós-45, ainda pequena e conduzida, expressa na fraqueza dos partidos ideológicos, terreno ocupado ainda pelo fisiologismo e depois pelo nascente trabalhismo.⁴⁶ Não somente graças à extensa pesquisa de Skidmore, mas, de certa forma, como uma necessária tomada de posição contra ela, inclusive devido ao novo golpe de 64, surgem em seguida as primeiras análises acadêmicas bastante inspiradas em Gramsci. Seguindo e renovando as perspectivas sindicalistas, na década de 1970 os trabalhos de Francisco Weffort, com sua definição do populismo como o modelo político herdado junto com Vargas, e de Luiz W. Vianna, questionam-se as causas da fragilidade da esquerda brasileira na representação dos trabalhadores e por conseguinte os dilemas presentes no sindicalismo do início da década de 1960, incapaz de resistir ao golpe de 1964.⁴⁷

Weffort marca lugar como o autor que mais abordou o tema do populismo, suas variações e problemas dele decorrente nos confrontos com o sindicalismo. Da procura de entendimento sobre o fenômeno do ademarismo em São Paulo nos anos 1950, o cientista político acaba por traçar um panorama da política de massas no Brasil em substituição ao antigo clientelismo, panorama em que a ideia expressa de manipulação das massas mostra-se ambígua, pois se existiu o efetivo controle do Estado sobre elas, também houve a necessidade de atendê-las para a manutenção desse controle. A leitura mais superficial de sua tese foi ao encontro da avaliação da esquerda ortodoxa, derrotada pelo varguismo a quem culpava pelo sujeito proletário não ter seguido o caminho da revolução, mas sua crítica ao populismo também coincidiu com a posição da direita liberal, para quem todo governo que apela politicamente para as massas pode receber pejorativamente essa pecha. A historiografia brasileira nesses anos 1960-70 passa a periodizar a história republicana em três períodos: o das velhas oligarquias, o do autoritarismo varguista, e o do populismo até 1964. Com o golpe, que não podia ainda ser chamado de golpe, a história passada acaba e o país ingressa em uma nova fase neo-desenvolvimentista no ciclo do capitalismo internacional.

A história que não pôde ser contada nesse período foi a das imbricadas relações entre as Forças Armadas e a elite política brasileira que não se iniciaram em 1964, mas remontam seguramente ao período varguista. O golpe do Estado Novo somente pôde ocorrer graças ao apoio inequívoco dado pelo Exército ao governo nas palavras eloquentes do ministro Gaspar Dutra, futuro presidente, para quem “em nenhum momento da vida nacional o exército teve tamanha responsabilidade”.⁴⁸ Responsabilidade, entenda-se, na recondução do país no caminho da ordem e

46 T. Skidmore. *Brasil: De Getúlio a Castelo*. [1969] Tr. Ismênia T. Dantas. 13a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003; H. Jaguaribe. *O problema de desenvolvimento econômico e a burguesia nacional*. São Paulo: FIESP, 1956; *O nacionalismo na atualidade brasileira*. [1958] Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013.

47 Veja-se principalmente F. Weffort. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980; “Why Democracy?” [1983] In: A. Stepan (ed.) *Democratizing Brazil. Problems of transition and consolidation*. Nova York: Oxford University Press, 1989, pp. 327-350; L. W. Vianna. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

48 Relatório do Ministério da Guerra, 1937, p. 5, apud E. Silva. “O Estado novo no discurso dos golpistas”. *Reflexões em Ciências Humanas*, Guarujá, n.º. 8, 2006, p. 5.

da organização. A justificativa baseada no discurso nacionalista antissubversivo, do inimigo de índole antipatriótica, elaboradas pela cúpula do Exército, foram necessárias não somente para acalmar e/ou atemorizar a sociedade, mas também os subordinados, refletindo a nova realidade dos oficiais de baixa patente muito distante dos anos gloriosos do tenentismo, afinal Prestes havia se tornado um perigoso líder comunista.

Com isso o Exército brasileiro reassumia uma posição de ator político atuante que mantivera nos inícios da Primeira República, só que agora num quadro de modernidade burocrática muito mais complexo. Foi esse mesmo poder do Exército que impediu um novo impasse político ao terminar a ditadura varguista; garantiu a manutenção na nova democracia dos velhos pressupostos do regime, expurgados de sua relação com as massas, com a eleição de Dutra para a presidência. Portanto, longe de não terem existido, as relações entre a ditadura do Estado Novo e o Exército contaram com o apoio logístico e político da instituição militar que operou em simbiose com a polícia política.⁴⁹ Veja-se, por exemplo, a política restritiva durante todo o Estado Novo em relação a diferentes grupos étnicos estrangeiros renitentes em se integrar à cultura brasileira e os procedimentos impostos aos súditos do Eixo junto aos campos de concentração entre os anos de 1942 e 1944.⁵⁰ Nos anos seguintes entre 1945 e 1964, as Forças Armadas brasileiras irão desempenhar um novo papel, característico de diferentes países latino-americanos, mas inusitado entre nós, de polícia interna anticomunista zelosa da manutenção da nova ordem econômica liberal vigente. Desde então haverá sempre uma certa tensão entre a ascendência de Vargas e, após seu suicídio, de seus sucessores Goulart e Brizola, sobre as massas trabalhadoras, o que foi definido nesse período como sendo populismo, e as forças militares em apoio à ordem liberal, que viam com antipatia essa relação.

Estamos aqui resumindo aceleradamente esse panorama interpretativo do varguismo e pós-varguismo para entrar em nossa derradeira questão. Como vimos, a historiografia entre os anos de 1950 e 1980 realizou um conjunto de interpretações que tentou explicar a modernização da sociedade brasileira como uma herança política deixada pela Era Vargas, embora incompleta por não conseguir constituir a população, os trabalhadores para ser mais preciso, como um sujeito ativo da cidadania devido ao modelo populista que vingou. Isso seria uma das causas do golpe de 64, ou pelo menos da fragilidade da defesa a ele. A partir da década de 1980, também, com a redemocratização em curso e maior acesso às fontes, uma série de pesquisas passou a investigar a repressão policial às esquerdas, aos sindicalistas, durante o período Vargas, mostrando ao grande público a face violenta e arbitrária ainda pouco conhecida do regime.

49 Há vários estudos sobre esse período e com interpretações distintas. Indico a coletânea de obras de J. M. Carvalho. Cap. "Forças armadas e política 1930-1945". *Forças armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

50 P. Perazzo. *Prisioneiros da Guerra: Os "Súditos do Eixo" nos campos de concentração brasileiros (1942-1945)*. São Paulo: Humanitas, 2009; E. Geraldo op. cit.

Por outro lado, paralelamente a isso, começam a surgir também pesquisas empíricas sobre o movimento operário que colocaram em xeque o problema do populismo, questionando ou até negando essa construção. Dentre estas, damos destaque, pela inovação e densidade, à interpretação de Ângela de Castro Gomes.⁵¹ Para a autora, que em nenhum momento minimiza o caráter autoritário e corporativo do primeiro governo Vargas, na conceituação do período populista como um tempo exclusivamente de manipulação e tutela da população trabalhadora teria havido uma subestimação da capacidade dessa população em conseguir ganhos para si na relação desequilibrada de forças que se configurou naquele período. Ângela entende esse momento como o do surgimento de um “pacto trabalhista” que enfatiza “a relação entre atores desiguais, mas onde não há um Estado todo-poderoso nem uma classe passiva porque fraca numericamente e politicamente”.⁵² A forte repressão, vigilância e tutela sindical implementada, não teria impedido que houvesse a continuidade da luta dos trabalhadores para a efetivação de direitos conquistados. Entre a pena da lei e a aplicação prática da lei há enorme distância e a luta do trabalhismo, o nome que surge de sua pesquisa, inicia-se nesse período dentro da legalidade. E continuará em seguida à queda do regime.

Ao seu trabalho, somam-se uma série de pesquisas, algumas pontuais, outras abarcando um recorte temporal mais extenso, que nos ajudam a compreender e valorizar a resistência dos trabalhadores nesse período repressivo da história nacional, barganhando espaço junto ao novo modelo corporativo de sindicato e auxiliando na construção da nova classe operária dos anos 1950. Alexandre Fortes, por exemplo, ao analisar o sindicato dos metalúrgicos de Porto Alegre nos anos 1930 envereda pelo mesmo caminho explicativo do pacto de Castro Gomes, apesar de assim não nomeá-lo: “a luta do começo da década de 30 buscou a redefinição do espaço institucional a partir das tradições de solidariedade e organização operárias, legalizando os sindicatos enquanto resistia à intervenção estatal no seu funcionamento. A história viria a demonstrar que esta experiência deixou raízes tão profundas quanto aquelas do corporativismo na consciência de classe dos trabalhadores brasileiros.”⁵³ E da mesma forma também é enfático no papel desempenhado pela repressão varguista ao afirmar que “o funcionamento do sindicato durante o Estado Novo perdeu qualquer vínculo com as lutas dos trabalhadores.”⁵⁴ Na lista de autores que segue em nota, indicativa a nosso ver, dos trabalhos mais relevantes dessa revisão historiográfica, mesmo que tenhamos bastante divergência em relação a algumas das interpretações que minimizaram a perda da autonomia sindical com os ganhos obtidos na constituição do modelo corporativo, entende-se que por não terem relativizado o caráter autoritário e repressor do regime e interventor vigente trouxeram novo

51 Â. C. Gomes. *A invenção do trabalhismo*. [1988] 2^a. ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994 .

52 Â. C. GOMES. “O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito”. In J. Ferreira (Org.). *O populismo e sua história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p.47.

53 A. Fortes. “Reverendo a legalização dos sindicatos: metalúrgicos de Porto Alegre (1931-1945)”. In: A Fortes et al. (Org.). *Na luta por direitos. Estudos recentes em História Social do Trabalho*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1999, pp. 41-42.

54 Idem, p. 37.

oxigênio ao estudo dos trabalhadores e sindicatos em tempos varguistas.⁵⁵

Entretanto, partindo dessa mesma trilha aberta por Castro Gomes, a partir da metade da década de 1990 surgiram trabalhos que, além de descartarem o conceito de populismo fizeram uma dura crítica a ele. Grande parte dessas pesquisas se dedicou a encontrar um sujeito ativo nas massas trabalhadoras que apoiaram Getúlio Vargas antes e após 1945, em alguns casos questionando até a validade da definição de corporativismo para o modelo sindical implantado. Esse novo repertório de estudos feito numa perspectiva de história social marcada pela pesquisa empírica pontual sobre os sindicatos e sindicalismo, aproxima bastante suas interpretações daquelas da história econômica que avalia positivamente o modelo intervencionista estatal adotado. Como apontamos no início do texto, Pedro Dutra Fonseca, conterrâneo de São Borja, é um dos pesquisadores que encabeçam esse time de economistas. Na introdução daquela obra coletânea ressalta-se que o chamado à “lembrança atual de Vargas e de seu tempo também deita raízes nas próprias necessidades do presente, em que as esperanças do reencontro com o desenvolvimento econômico e social encontram alento na figura do mártir e em suas realizações”. Reconhecem a existência de uma “memória negativa do ditador, do político demagogo, do caudilho”, mas defendem a atualidade do ideário varguista.⁵⁶ Um ideário aplicável numa democracia, em qual democracia, ou o regime político adotado seria algo irrelevante ante a modernização e o crescimento da nação, como o foi para Vargas? E não é que está aí a China para nos provar como é absolutamente viável o boom do capitalismo numa autocracia, ou como o foi na época do “milagre brasileiro”?

Em todos esses trabalhos observa-se uma leitura bastante condescendente de Getúlio Vargas e de seu legado político e a quase inexistência de críticas ou referências ao autoritarismo e às práticas repressivas e policiais sob seu governo. A mitificação construída no imaginário popular sobre Vargas, líder carismático que conduz os trabalhadores brasileiros a um novo patamar social na história, ganha aqui os necessários contornos científicos fundados na pesquisa empírica para garantir sua legitimação para além do senso comum. Mas, quando concepções que podem até ser bastante comuns entre aqueles que concebem o mundo a partir do primado da racionalidade econômica migram para o campo da história social, tendo como referencial o pensamento de E. P. Thompson, é que devemos acender um sinal de alerta em relação a que tipo de devir político essas concepções podem nos levar. O historiador inglês é a referência preferida em nove de cada dez pesquisas de história social feitas no Brasil. Sua conhecida renovação dos estudos na área ganhou o

55 A começar pelo balanço historiográfico de F. T. Silva; H. Costa. “Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes” In: J. Ferreira (Org.), op. cit.; Seguem A. M. C. Araujo. “As lideranças sindicais e a construção...”, op. cit.; J. Wolfe. *Working women, working men. São Paulo and rise of Brazil's industrial working class, 1900-1955*. Durham: Duke University Press, 1993; J. D. French. *O ABC dos operários. Conflitos e alianças de classe em São Paulo: 1900-1950*. Tr. br. Lólio L. de Oliveira. São Paulo: Hucitec, 1995; F. T. Silva. *A carga e a culpa: os operários das docas de Santos: direitos e cultura de solidariedade, 1937-1968*. São Paulo: Hucitec, 1995; A Fortes et. al. (Org.), op. cit.

56 P. P. Z. Bastos; P. C. D. F. (Org.), op. cit., p. 7. e ss.

mundo com o grandioso trabalho em que mostra a contínua e complexa constituição da classe operária na Inglaterra, entre os séculos XVIII e XIX, como resultado de um conjunto partilhado de experiências dos trabalhadores.⁵⁷

No Brasil, na área da história social, Jorge Ferreira confirma-se atualmente como o principal historiador a revisitar o período Vargas e seu legado.⁵⁸ A percepção positiva de Vargas no imaginário popular, a força do movimento queremista em 1945, é a prova incontestada de que “caí a ditadura do Estado Novo, mas cresce o prestígio do ditador”.⁵⁹ Se o ditador era bem quisto, que espécie de ditador seria esse? Ferreira adentra o período pós-45 identificando o desenvolvimento do trabalhismo na década seguinte com a vitória do tácito pacto que vinha sendo firmado entre trabalhadores e governo. Emergem os trabalhadores na conquista de seus direitos, reconhecendo-se em seu próprio partido político, mesmo que Vargas, já deposto em mais um golpe dentro do golpe, continue orientando-os: “Trabalhadores do Brasil! Condensa as vossas energias e moldai a vossa consciência coletiva, ingressando no Partido Trabalhista Brasileiro”.⁶⁰ Mas, na leitura de Ferreira, aqui já não haveria sombra de passividade ou manipulação de trabalhadores, categorias celebradas por intelectuais desconectados da realidade. Há o reconhecimento de que “o 'mito' Vargas expressava um conjunto de experiências que, longe de se basear em promessas irrealizáveis, fundamentadas tão somente em imagens e discursos vazios, alterou a vida dos trabalhadores”.⁶¹ O trabalhismo expressaria essa consciência de classe porque encontravam-se presentes nele “idéias, crenças, valores e códigos comportamentais que circulavam entre os próprios trabalhadores muito antes de 1930”.⁶² Somem as palavras cooptação, manipulação e outros termos pejorativos dados ao varguismo, cuja mão firme fora necessária para levar o Brasil a outro patamar democrático, e surgem os trabalhadores ativos construtores de seus espaços na justa medida de suas forças. Nada mais thompsoniano. Ferreira promove, assim, uma reviravolta na interpretação histórica do varguismo, particularmente de seu legado: de manipulados usados por Vargas, os trabalhadores forjaram ativamente seu mito e o usaram como escudo para manter e ampliar suas conquistas contra os interesses letais das oligarquias liberais, ou o que havia restado delas, que tanto os ameaçava.

É bastante discutível essa interpretação de uma hipotética autonomia trabalhista erigida sob o signo de Vargas dando continuidade às experiências partilhadas pelos trabalhadores antes de 1930, se considerarmos que a maior parte dos trabalhos aqui apresentados mostram significativas diferenças entre um e outro período. Para nós, a questão central é se seu modo de organização, e

57 E. P. Thompson. *A formação da classe operária inglesa*. 3 vol. [1987] 3ª. ed. Tr. br. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

58 J. Ferreira. *Trabalhadores do Brasil. O imaginário popular*. Rio de Janeiro: FGV, 1997; J. Ferreira. “A democratização de 1945...”, op. cit.

59 J. Ferreira. “A democratização de 1945...”, op. cit. p. 15.

60 *O Jornal*, Rio de Janeiro, 15/11/1945, apud J. Ferreira. “A democratização de 1945...” op. cit. p. 39.

61 J. Ferreira. “O nome e a coisa: o populismo na política brasileira.” In: J. Ferreira (Org.) *O populismo...*, op. cit., p. 88.

62 Idem, p. 103.

não temos dogmas em relação a qual ele seja, é capaz de atender as demandas trazidas pela classe trabalhadora. A experiência partilhada junto aos sindicatos mostra que é isso, a percepção pela classe trabalhadora de que ela é quem tem o poder de conduzir o processo político e não ser levada a reboque dele, que garante a realização daquelas demandas.⁶³ Mas, mais importante do que isso, é a leitura descontextualizada que tem sido feito de Thompson. O autor enfatizou em sua obra os valores da tradição intelectual e libertária inglesa da passagem do XVIII para o XIX,⁶⁴ fontes da autonomia onde beberam os trabalhadores em seu longo percurso até instituírem a luta por direitos com o movimento cartista. Todo o esforço empírico⁶⁵ de Thompson foi para mostrar a conquista dos direitos trabalhistas pela classe operária como resultado de um longo processo de lutas em que ela esteve envolvida e que prosseguiu, negociada, dentro do ambiente parlamentar, não como resultado de uma concessão imposta por um poder autoritário. Duvidamos, com base na conhecida história pessoal de Thompson, um intransigente ativista defensor dos valores do socialismo democrático, que ele pudesse ter qualquer tipo de leitura positiva em relação ao varguismo e ao enquadramento forçado dos trabalhadores na legislação outorgada, mesmo que ela tenha sido favorável a eles. O grande mérito do trabalho de Thompson foi a inversão do paradigma clássico até então vigente, de que os operários evoluíram historicamente de ações voluntaristas, espontaneístas e desorganizadas, para formações politicamente organizadas quando conquistavam consciência de classe. Ao contrário, os trabalhadores adquirem essa consciência quando e enquanto se reconhecem participantes de uma mesma luta construída de forma autônoma com base em suas experiências.

A renomeação da periodização da República proposta na obra de grande difusão organizada por Jorge Ferreira e Lucilia Neves Delgado, privilegiando a história política e a social, não deixa dúvidas quanto à estratégia de preservação de uma imagem positiva sobre Vargas.⁶⁶ Boa parte dos trabalhos que a compõem flerta com ela. Em lugar do negativo autoritarismo com que se definia o governo de Vargas nos anos de 1930 a 1945, define-se o tempo do nacional-estatismo, necessário para combater o velho liberalismo excludente da Primeira República. E desse tempo novo emerge a experiência democrática de 1945 a 1964, capitaneada pelos trabalhadores já conscientes de seus direitos - direitos inexistentes antes do varguismo - até, aí sim, a democracia ser encerrada com a

63 Um dos mais recentes exemplos dessa percepção de estar na condução do processo político foram as greves de algumas categorias profissionais (rodoviários, professores, garis) no Rio de Janeiro em 2014, particularmente, a greve dos garis e servidores da limpeza urbana no Rio de Janeiro, em março desse ano. Durante o período de Carnaval, após uma negociação salarial que se mostrou contrária aos interesses dos trabalhadores, a base se auto-organizou, ignorou a direção do sindicato e promoveu de modo autônomo a greve que se tornou vitoriosa.

64 E. P. Thompson. *A formação da classe operária inglesa III. A força dos trabalhadores*. [1987] 3ª. ed. Tr. br. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, p. 438.

65 Em seu enunciado sobre a lógica histórica, o historiador britânico afirma que o conhecimento histórico não pode “modificar o estatuto ontológico do passado”, mas pode e deve reatualizar esse passado no presente. E como as evidências deixadas na história são incompletas e imperfeitas, os historiadores podem “selecionar as evidências que queiram ou não trabalhar”, de acordo com suas crenças. E. P. Thompson. Cap. VII “Lógica histórica”. In: *A miséria da teoria: ou um planetário de erros (uma crítica ao pensamento de Althusser)*. Tr. br. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 47-62.

66 J. Ferreira; L. A. N. Delgado (Org.). *O Brasil republicano*. 4 vol. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

ditadura militar de 64. Uma ditadura baseada na doutrina de segurança nacional, mostra-nos Nilson Borges, que não dá a devida ênfase a ela ter sido elaborada e implantada durante o governo Vargas. Uma prática repressiva fundada na espionagem, na polícia política, censura e propaganda, diz Carlos Fico, ora, se bem vimos, todos pilares montados ou consolidados naquela mesma época. Semelhanças profundas entre ambos os regimes, ignoradas.⁶⁷

Retornando ao início e aos enquadramentos da memória

Evidentemente, nesta conclusão partiremos de concepções de democracia e de república bastante divergentes daquelas percebidas pelos autores acima. Não conseguimos entender de que modo a minimização, quando não o completo ignorar, da prática de um verdadeiro terrorismo de Estado implementado durante o período varguista, na mesma intensidade que o empreendido pelos militares após 64, possa ajudar no aprofundamento da democracia e dos ideais republicanos em nosso país. O autoritarismo desse período que se esparramou pelos diversos escalões policiais e militares, por ter sido tolerado, reapareceu duas décadas após e manifesta-se até a atualidade.

Além da vigilância ostensiva das organizações dos trabalhadores e da infiltração de agentes reservados, amplamente demonstrada pela pesquisa de Marcos Florindo, a ação de bandos de integralistas protegidos pela polícia que promoveram, diversas vezes, o empastelamento de jornais e de sedes de círculos sociais, principalmente em São Paulo a partir de 1934, em tudo lembram a prática dos *fasci* italianos. Entre os anos de 1930 e 1945, mais de uma centena de estrangeiros foram deportados do território nacional a partir dos levantamentos parciais feitos por Alzira Lobo e Viviane dos Santos, somente no estado de São Paulo. Mais dramático ainda, o fato de que a maior parte desses expatriados, de nacionalidade espanhola, italiana, portuguesa, e de países da Europa central, terem ficado à mercê de ditaduras cruéis em seu regresso ao país de origem.⁶⁸ Desde o levante comunista em novembro de 1935 até o fim do governo varguista, estima-se entre 10 e 20.000 os indivíduos que passaram pelos cárceres do regime. A ausência de estudos detalhados justifica-se pela inexatidão e omissão dos registros policiais. Muitos sucumbiram às torturas, principalmente a arraia miúda pega nas varreduras das ruas, prática sistemática iniciada muito antes, já com o governo de Bernardes. Mais do que os próprios prisioneiros políticos, foram os desempregados e os trabalhadores pobres e negros a sofrerem preconceito e a desaparecerem, outro legado de Vargas a matizar a prática das polícias militares na atualidade.⁶⁹ À eficiência da polícia

67 N. Borges. “A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares”; C. Fico. “Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão”. In: J. Ferreira; L. A. N. Delgado (Org.). *O Brasil republicano 4. O tempo da ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

68 A. L. A. Campos, op. cit, p. 228; V. T. Santos, op. cit.

69 S. H. Z. Martins. “Homens pobres, homens perigosos: a repressão à vadiagem no 1º. governo Vargas”. *História*, São Paulo, v. 12, 1993, pp. 283-291. R. C. Pedrosa. *Os signos da opressão: História e Violência nas Prisões Brasileiras*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2003; Sobre o preconceito a negros, manifestado por Oswaldo Aranha, veja-se o relato de R. Landes. *A Cidade das Mulheres*. [1967], apud N. R. Cruz. “O governo Vargas e o fascismo: aproximação e repressão.” *Revista Eletrônica Tempo Presente*, <http://www.temppresente.org/>, Rio de Janeiro, dezembro de 2013.

política com a vigilância e esquadramento de indivíduos e organizações consideradas subversivas, e outras nem tanto assim, contrapunham-se os procedimentos criminais da polícia comum que detinha para averiguações, sem registro legal, indivíduos que nunca mais voltariam aos seus lares. Assim, a quantidade de mortos provocada pela repressão do Estado em suas diversas formas também continua difícil de ser enumerada.

Acreditamos que somente essa breve exposição dos crimes praticados durante a Era Vargas, que nem ao menos pôde usar a seu favor o argumento de que combateu organizações terroristas e guerrilheiras, já seria suficiente para que sua memória permanecesse indelevelmente manchada. Mas não. Enquanto em outros países houve um esforço concentrado dos amantes da liberdade e da democracia na desconstrução do mito montado em governos similares - fiquemos com o exemplo de Salazar em seguida à Revolução de Abril cujo nome foi "banido" de inúmeros espaços e equipamentos nacionais - no Brasil, não somente o senso comum sustentou a permanência do mito, como parte da intelectualidade acadêmica ajuda a mantê-lo. Apesar de tentativas de recuperação da imagem de Salazar por grupos ultranacionalistas, o apreço dos portugueses pela democracia, inclusive na novíssima produção historiográfica, impede o avanço de um revisionismo que também lá se encontra latente. Na Espanha, idem. No Brasil, infelizmente, não foi e não tem sido assim, para lástima da democracia ainda titubeante. A grande quantidade de trabalhos pró-Vargas que continuam sendo produzidos, em diferentes áreas do saber, mostra que o apreço democrático não é uma qualidade acima de qualquer suspeita no ambiente acadêmico. Diferentemente dos portugueses, ainda estamos muito longe de poder caminhar pelos espaços públicos do país sem ter de depararmo-nos com um lugar da memória em homenagem ao ditador. Quando um dos principais centros de estudos do país, responsável por grande parte dos nossos indicadores econômicos, ainda leva seu nome e aceitamos isso com absoluta naturalidade, devemos nos questionar sobre o real alcance do sentimento democrático no país. Paradoxos da brasilidade inexplicáveis aos alienígenas.

Porém, quando não é somente o senso comum que preza manter viva a memória varguista, quando grande parte da produção acadêmica prontifica-se a fazê-lo, não nos parece que isso possa ser um bom sinal para o devir político brasileiro. É claro que aqui encerro com uma posição pessoal e política, atitude que será defenestrada pelos pesquisadores preocupados com a isenção do ofício, sustentada por rigorosa pesquisa empírica. Mas é justamente contra isso que escrevemos. Desmistificar a aparente imparcialidade que essas leituras dizem fazer da história, vestidas com o avental branco da ciência. A história é um campo de forças em permanente disputa. De nossa parte, luta-se, enquanto historiadores que somos, para romper com a herança maldita do varguismo, entre outras que ainda perduram, e que impede ao país projetar-se à frente numa sociedade livre e forte, não tutelada, empenhada na construção da autonomia do político.